REFLEXÃO E AÇÃO
https://online.unisc.br/seer/index.php/reflex/index
ISSN on-line: 0104-6578
Doi: 10.17058/rea.v26i1.9582

Recebido em 08 de Maio de 2017
Aceito em 24 de Agosto de 2017
Autor para contato: vihojas@hotmail.com

DEBATE ACADÊMICO EM TORNO DO SISTEMA DE AVALIAÇÃO DE RENDIMENTO ESCOLAR DO ESTADO DE SÃO PAULO (SARESP)

ACADEMIC DISCUSSION ABOUT THE SYSTEM OF EVALUATION CALLED SISTEMA DE AVALIAÇÃO DE RENDIMENTO ESCOLAR DO ESTADO DE SÃO PAULO (SARESP)

DEBATE ACADÉMICO SOBRE EL SISTEMA DE EVALUACIÓN LLAMADO SISTEMA DE AVALIAÇÃO DE RENDIMENTO ESCOLAR DO ESTADO DE SÃO PAULO (SARESP)

HOJAS, Viviani Fernanda[1]
BARREIRO, Iraíde Marques de Freitas[1]

RESUMO

Neste artigo apresentamos uma revisão sistemática de pesquisa desenvolvida com base em dissertações de mestrado e teses de doutorado que tiveram como foco de estudo o Sistema de Avaliação de Rendimento Escolar do Estado de São Paulo (SARESP). A localização dessas produções acadêmicas foi feita mediante consulta aos bancos digitais dos principais Programas de Pós-Graduação em Educação das universidades paulistas. A revisão sistemática incluiu um total de dezoito pesquisas, que foram lidas na íntegra com o objetivo de apreender as principais discussões acadêmicas suscitadas com a introdução e realização do SARESP nas escolas. Para a maioria dos autores dos trabalhos acadêmicos analisados, se forem corrigidas as deficiências no desenvolvimento do sistema de avaliação paulista e se os seus resultados forem devidamente utilizados, essa avaliação pode se constituir em um instrumento desencadeador de melhorias na qualidade do ensino oferecido nas escolas.
Palavras-chave: Política educacional. SARESP. Sistema de avaliação.

ABSTRACT

In this paper we present with a systematic review of research developed by referring of dissertations and theses which focused on the system of evaluation called Sistema de Avaliação de Rendimento Escolar do Estado de São Paulo (SARESP). The location of these academic productions was made by referring to the databank of the main Post-Graduate Programmes in Education of São Paulo State universities. The systematic review included a total of eighteen researches, read in full with the objective of understand the main academic discussions that have arisen with the introduction and development of SARESP in schools. According to most of the authors of the academic productions analyzed, if corrected the deficiencies in the development of the system of evaluation and if its results are properly used, this evaluation can be an instrument provides improvements in the quality of teaching offered in schools.
Keywords: Educational policy. SARESP. Evaluation System.

RESUMEN

En este artículo presentamos una revisión sistemática de investigación desarrollado con base en disertaciones y tesis que tenían como foco de estudio el sistema de evaluación llamado Sistema de Avaliação de Rendimento Escolar do Estado de São Paulo (SARESP). La localización de estas producciones académicas se ha hecho por medio de consulta a los bancos digitales de los principales programas de Posgrado en educación de las universidades de Sao Paulo. La revisión sistemática incluyó un total de dieciocho investigación, que se leyeron en su totalidad con el fin de captar los principales debates académicos plantearon con la introducción y realización de lo SARESP en las escuelas. De acuerdo con la mayoría de los autores de los trabajos académicos analizados, si se corrigen las deficiencias el desarrollo de el sistema de evaluación y sus resultados se utilizan adecuadamente, esta evaluación puede ser una herramienta para la mejora en la calidad de la educación que se ofrece en las escuelas.
Palabras clave: Política educativa. SARESP. Sistema de evaluación.

[1] Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita – Unesp – Marília – São Paulo – Brasil

A matéria publicada nesse periódico é licenciada sob forma de uma Licença Creative Commons – Atribuição 4.0 Internacional
http://creativecommons.org/licenses/by/4.0/

INTRODUÇÃO

Neste artigo apresentamos uma revisão sistemática de pesquisa desenvolvida com base em dissertações de mestrado e teses de doutorado que tiveram como foco de estudo o Sistema de Avaliação de Rendimento Escolar do Estado de São Paulo (SARESP).

Sem desconsiderarmos a contribuição de livros, artigos e trabalhos apresentados em eventos científicos, a opção pela análise de dissertações e teses se deve ao fato de que, em virtude de sua estrutura e extensão, essas produções acadêmicas tendem a apresentar reflexões mais detalhadas acerca de uma temática.

Vale indicar que Oliveira Jr (2013) também efetuou uma importante revisão sobre o SARESP em pesquisa de mestrado que teve como objetivo sistematizar o estado da arte das produções acadêmicas que trataram do sistema de avaliação paulista. Com base no estudo de dissertações e teses produzidas em diferentes Programas de Pós-Graduação entre 1996 e 2011, o autor identificou doze tipos de impactos do sistema avaliativo nas escolas, diagnosticados, em sua grande maioria, como negativos.

Em termos gerais, podemos afirmar que as revisões de literatura, apesar de apresentarem características distintas em relação ao processo de elaboração, correspondem às análises que buscam produzir uma síntese das pesquisas existentes em determinado campo ou temática.

De acordo com Davies (2007), ao identificar o conhecimento acumulado em torno de um tópico ou uma questão, as revisões denominadas sistemáticas contribuem para as políticas e práticas baseadas em evidências e colaboram ainda para o direcionamento de novas pesquisas.

De modo semelhante, Gough (2007) sustenta que antes de desenvolver qualquer política, prática ou pesquisa nova é essencial examinar o que outras pessoas já descobriram sobre o assunto. O conceito de revisão e síntese, segundo o autor, é essencialmente tão velho quanto a ideia de ciência, pois envolve o desenvolvimento de ideias e teorias anteriores a partir de novo trabalho empírico e conceitual.

A reunião das produções acadêmicas para a elaboração da presente síntese sistemática foi realizada mediante consulta aos bancos digitais dos principais Programas de Pós-Graduação em Educação das universidades paulistas. Ou seja, foram considerados os programas que, no momento da pesquisa, ofereciam cursos em nível de mestrado e doutorado, são eles: Universidade de São Paulo (USP), Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Universidade Estadual Paulista (UNESP), Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) e Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP). Também foi feita consulta junto aos catálogos *on-line* das bibliotecas dessas universidades. Em ambos os casos, foram utilizados os termos “política de avaliação”, “sistema de avaliação” e “SARESP” para a localização dos trabalhos acadêmicos.

O acesso aos diferentes estudos foi bastante facilitado, pois a maioria encontrava-se disponível eletronicamente. Algumas pesquisas, no entanto, por terem sido publicadas somente na versão impressa, foram emprestadas junto às bibliotecas das universidades onde foram produzidas.

A investigação efetuada permitiu detectar a existência de um volume considerável de produções acadêmicas relacionadas à temática. Entretanto, a leitura dos resumos – ou da Introdução e de outras seções quando as informações não constavam nos resumos –, evidenciou que parte delas utilizou as provas e os dados do SARESP apenas para discutir questões pedagógicas ou curriculares relativas a uma determinada disciplina.

Essas dissertações e teses de caráter mais específico foram excluídas da análise e foram mantidas somente aquelas que focalizaram o sistema de avaliação paulista como um elemento da política educacional desenvolvida no estado de São Paulo, a partir de meados dos anos 1990, e abordaram os desdobramentos dessa avaliação na organização do trabalho das escolas.

Neste sentido, a revisão sistemática incluiu um total de dezoito trabalhos acadêmicos (quinze dissertações de mestrado e três teses de doutorado), produzidos entre os anos de 1998 e 2013. As datas correspondem, respectivamente, à primeira e à última pesquisa localizada no momento em que foi realizada a revisão sistemática. Tais pesquisas foram lidas na íntegra com o objetivo de apreender as principais discussões acadêmicas suscitadas com a introdução e realização do SARESP nas escolas da rede estadual de ensino paulista.

ANALISANDO AS DISSERTAÇÕES E TESES

Por apresentarem semelhanças em relação aos procedimentos metodológicos utilizados, as dissertações e teses analisadas foram divididas em três grupos: 1) pesquisas que refletem acerca do SARESP mediante a análise de textos legais e publicações oficiais; 2) estudos cujas análises se concentram em relatórios e boletins elaborados pelas escolas e Diretorias de Ensino ou em trabalhos acadêmicos que trataram da temática; e 3) pesquisas que analisam dados coletados junto aos diferentes atores envolvidos com o sistema de avaliação paulista.

O primeiro grupo reúne quatro estudos (SILVA, 2006; RIBEIRO, 2008; ALCANTARA, 2010, NALLO, 2010) cuja tendência entre os pesquisadores é se deter em questões mais amplas, relativas aos aspectos contextuais que envolvem a criação dos sistemas de avaliação e refletir acerca desse tipo de avaliação de forma distanciada das escolas e do sistema de ensino.

Essas produções acadêmicas são constituídas de um espaço relativamente extenso dedicado às discussões em torno das mudanças promovidas no papel do Estado, da adoção de princípios neoliberais na área educacional e da influência das agências internacionais na formulação de políticas para a educação brasileira. Tal percurso contribui para a compreensão do cenário político-econômico no qual foram criados os sistemas de avaliação nacional e paulista e para o esclarecimento dos principais fundamentos que sustentam esse tipo de avaliação.

Contudo, ao se concentrarem nas disposições legislativas e nos documentos oficiais que tratam do SARESP, as pesquisas inseridas neste primeiro grupo expressam a ideia de que cabe a escola se submeter às consequências dessas definições textuais e, por esse motivo, tendem a apresentar prescrições acerca de como esse sistema avaliativo "deve" ou "não deve ser".

Silva (2006) pontua que a criação de sistemas de avaliação está inserida no bojo das medidas governamentais de ajuste das despesas com políticas sociais realizadas no Brasil, especialmente, a partir da década de 1990. Valendo-se de um quadro conceitual elaborado com base em um conjunto de autores, a pesquisadora argumenta que "[...] a avaliação deve configurar-se numa experiência negociada, a qual, envolvendo toda a comunidade escolar, proporcione reflexões quanto aos princípios filosóficos, políticos e éticos perseguidos pela escola enquanto instituição formativa. " (SILVA, 2006, p. 72). Na sequência, após examinar as aplicações do SARESP entre 1996 e 2005 com base em uma série de documentos (relatórios, tabelas, quadros, entre outros) elaborados pela Secretaria de Educação do Estado de São Paulo (SEE/SP), destaca que os instrumentos avaliativos e as análises dos resultados das avaliações apresentam caráter marcadamente reducionista.

Ribeiro (2008), inicialmente, explica o movimento mundial de reformulação do Estado, com a adoção de princípios neoliberais na administração pública, e sua consonância com as reformas implantadas no Brasil e no estado de São Paulo nos anos 1990. Segundo a autora, nesse contexto são consolidados os sistemas de avaliação de nível nacional e estadual como mecanismos de regulação da educação. Em seguida, analisa as mudanças na política educacional paulista iniciadas com a eleição de Mário Covas para governo do estado com base em documentos que o governador apresentou em sua candidatura e depois de eleito. Conforme a autora, as medidas governamentais para a área educacional, desenvolvidas no período, sofreram interferência direta do Banco Mundial. Dentro desse conjunto de medidas, está situado o SARESP que, em seu entendimento, vem favorecendo uma política educacional que coloca a educação a serviço do capitalismo, em detrimento da constituição de uma escola pública voltada aos reais interesses da população que a frequenta.

Os demais estudos situados no primeiro grupo questionam a iniciativa do governo paulista de efetuar o pagamento de bônus aos profissionais das escolas que atingem as metas estipuladas pela SEE/SP. Entretanto, embora discutam as possíveis implicações da referida medida, os autores não apresentam dados acerca de como ela vem sendo desenvolvida nas escolas e, principalmente, de como seus profissionais se posicionam em relação à questão.

Alcantara (2010), primeiramente, realiza uma breve revisão bibliográfica com base em trabalhos apresentados em eventos científicos, dissertações e teses que tratam de temas relacionados ao seu objeto de estudo. Após efetuar a síntese dessas publicações, observa que a maioria dos pesquisadores discute a transferência de estratégias do mercado para a educação e teme que tais ações intensifiquem a desigualdade socioeconômica do país. Na sequência, reflete acerca das características e possíveis desdobramentos das propostas neoliberais elaboradas pelas agências internacionais para a educação dos países em desenvolvimento e analisa documentos oficiais e textos legais que norteiam as ações adotadas pela SEE/SP a partir de meados dos anos 1990. Segundo a

pesquisadora, esse conjunto de ações representa uma nova forma de gestão educacional voltada para a satisfação do mercado e das determinações das agências internacionais de financiamento da educação. Entre outras questões, alerta que o discurso meritocrático de valorização do magistério paulista exclui aqueles que apresentam desempenho aquém do esperado, "[...] desconsiderando por completo fatores que são determinantes para o sucesso ou fracasso do processo pedagógico." (ALCANTARA, 2010, p.84).

Nallo (2010) adota como referência Singer (1996) e distingue duas visões de educação que podem fundamentar os processos avaliativos: a civil-democrática e a produtivista. Na visão civil-democrática, que concebe a educação como promotora de valores emancipatórios, a avaliação em larga escala visa a atender às necessidades da comunidade escolar. Na concepção produtivista, voltada à preparação dos indivíduos para o mundo do trabalho e para o aumento da produtividade, os processos avaliativos em larga escala são associados à premiação e estimulam a competição. Em seguida, argumenta que as reformas educacionais promovidas no país nos anos 1990 e a criação de sistemas de avaliação buscaram atender às exigências das agências internacionais, que há décadas influenciam a definição de políticas para a educação brasileira. Após apontar as principais características dos sistemas nacionais de avaliação da educação básica, concentra sua atenção no SARESP com o intuito de refletir sobre como a SEE/SP vem se apropriando dos resultados dessa avaliação. Segundo a autora, a criação do Índice de Desenvolvimento da Educação do Estado de São Paulo (IDESP) e o estabelecimento da meta que cada escola deve cumprir para ser contemplada com o bônus financeiro revelam uma visão produtivista de educação e uma concepção de avaliação pautada no modelo de responsabilização que transfere a responsabilidade pela qualidade da educação somente para as escolas.

Repetindo algumas considerações apresentadas nos trabalhos acadêmicos anteriores relativas ao processo histórico que conferiu centralidade aos sistemas de avaliação, as três pesquisas inseridas no **segundo grupo** (OLIVEIRA, 1998; MACHADO, 2003; CAMBA, 2011) também mantêm certa distância em relação aos atores envolvidos com o SARESP. Suas análises focalizam, respectivamente, os relatórios produzidos pelas escolas, os relatórios elaborados pelas Diretorias de Ensino e as produções acadêmicas que trataram do sistema de avaliação paulista.

Nas duas primeiras pesquisas, as autoras identificam desconexões entre os relatórios produzidos com base nos resultados do SARESP e os objetivos da referida avaliação expressos na legislação e nos textos oficiais e apontam a necessidade de que a SEE/SP oriente melhor o processo de análise e interpretação desses resultados. Tal apontamento sugere que, para as pesquisadoras, o hiato entre as ações formuladas pelas escolas ou pelas Diretorias de Ensino e os objetivos do SARESP é decorrente, sobretudo, da orientação deficitária promovida pelos órgãos superiores do sistema estadual de ensino e não da complexidade inerente ao desenvolvimento das políticas educacionais.

Oliveira (1998) efetua análise focada na viabilidade funcional e nas possibilidades de efetivação do SARESP nas escolas. Inicialmente, apresenta a transcrição de diversos trechos de textos legais e documentos oficiais utilizados na divulgação, treinamento e implantação do sistema de

avaliação paulista e destaca que o principal argumento presente nesses materiais é o de que, com seus resultados, as escolas podem redirecionar o trabalho pedagógico em busca da melhoria da qualidade do ensino. Na sequência, analisa o desempenho dos alunos das escolas pertencentes à Delegacia de Ensino de Botucatu[2] nas avaliações realizadas em 1996 e 1997 e os relatórios elaborados pelas escolas baseados nos resultados obtidos nessas edições. Segundo a autora, na primeira edição, os profissionais das escolas limitaram-se a uma organização dos dados referentes à participação do pessoal e ao desempenho dos alunos na resolução das questões. Já na segunda aplicação, com base em um questionário elaborado pela Delegacia de Ensino, as unidades escolares esboçaram uma análise da situação escolar e apontaram alternativas de superação das dificuldades detectadas. Em sua concepção, a fragilidade dos relatórios se deve a ausência de orientação nos treinamentos realizados pela SEE/SP, que subsidia as equipes das unidades escolares somente na organização dos dados da avaliação e não orienta como analisá-los e interpretá-los.

Machado (2003) traça um panorama do contexto em que são desenvolvidas as iniciativas de avaliação no Brasil e no estado de São Paulo e evidencia sua consonância com o movimento mundial de reformas empreendidas, a partir dos anos 1990, com o objetivo de reestruturar o papel do Estado. Neste cenário, segundo a autora, a avaliação tem sua dimensão e área de atuação ampliadas e torna-se o eixo direcionador da políticas educacionais. Em seguida, discute a política educacional paulista proposta no primeiro ano da gestão Mário Covas com base, principalmente, no Comunicado da SEE/SP intitulado “Diretrizes Educacionais para o Estado de São Paulo, no período de janeiro de 1995 a 31 de dezembro de 1998”. Tal política, conforme a pesquisadora, tem como diretriz principal a racionalização do uso de recursos públicos e apresenta estreita relação com projeto de reforma administrativa proposto pelo governo federal. Na sequência, investiga as propostas formuladas com base nos resultados do SARESP/2000 no âmbito das Diretorias de Ensino e sistematizadas nos relatórios de avaliação. Entre outros aspectos, conclui que apesar das orientações contidas no manual, as Diretorias de Ensino não formulam suas ações fundamentadas em evidências avaliativas. Nesses termos, afirma que é preciso oferecer melhor orientação às Diretorias de Ensino no que diz respeito à análise e à interpretação dos resultados.

Baseando-se em outros trabalhos acadêmicos que trataram do sistema de avaliação paulista, o último estudo que integra o segundo grupo critica, principalmente, a desconsideração de fatores que interferem nos resultados do SARESP e a maneira como os órgãos centrais do sistema estadual de ensino paulista vêm utilizando esses resultados.

De acordo com Camba (2011), as políticas de avaliação educacional estão associadas ao movimento de abertura para o mercado, intensificado no Brasil nos anos 1990, e foram influenciadas por instituições financeiras internacionais. Na sequência, a autora focaliza sua análise no sistema de avaliação paulista e destaca as principais mudanças ocorridas ao longo das edições realizadas entre 1996 e 2010, com base na análise de leis e publicações oficiais. Para refletir acerca da política de

[2] A partir de 1999, mediante o Decreto nº 43.948 que dispõe sobre a alteração da denominação e a reorganização das Delegacias de Ensino, as referidas instâncias passaram a ser denominadas Diretorias de Ensino e foram reduzidas de cento e quarenta e três para oitenta e nove.

avaliação desenvolvida no estado de São Paulo, examina cinco produções acadêmicas que tiveram o SARESP como foco de estudo. Apoiando-se nessas pesquisas destaca, entre outras questões, que apesar de o nível socioeconômico ser uma variável relevante na análise do desempenho alcançado na avaliação, o SARESP continua a ter a mesma condução na divulgação dos resultados e na responsabilização de alunos, professores e escolas.

O terceiro grupo é o que reúne o maior número de dissertações e teses, totalizando onze pesquisas (ESTEVES, 1998; FELIPE, 1999; KAWAUCHI, 2001; TÚBERO, 2003; HERNANDES, 2003; BAUER, 2006; CARVALHO, 2008; ARCAS, 2009; RODRIGUES, 2011; PEIXOTO, 2011; COSSO, 2013). Apesar de apresentarem apontamentos acerca dos aspectos contextuais que envolvem a criação de sistemas de avaliação no Brasil e no estado de São Paulo, tais estudos buscam uma maior aproximação com as escolas e com o sistema de ensino e analisam dados reunidos por meio de observação, entrevistas e questionários realizados junto aos diferentes atores envolvidos com o SARESP.

Parte das pesquisas aponta que os resultados do sistema de avaliação paulista não vêm sendo utilizados para repensar e reconduzir o processo educativo desenvolvido nas escolas e, como consequência, questiona se esse tipo de avaliação tem contribuído de forma efetiva para elevar a qualidade do ensino.

Esteves (1998) apresenta a trajetória da avaliação educacional em larga escala no Brasil citando as principais ações desencadeadas pelo Ministério da Educação (MEC) e por algumas Secretarias Estaduais de Educação. Com o intuito de verificar se os resultados do SARESP induziram os professores de Língua Portuguesa a modificarem suas práticas em direção à melhoria da qualidade do ensino, realiza observações, questionários e entrevistas com profissionais (diretores, professores-coordenadores, professores e supervisores de ensino) de cinco escolas vinculadas a uma Delegacia de Ensino da região periférica do município de São Paulo. Após apresentar a descrição das escolas, juntamente com as respostas dos diferentes profissionais, pontua que os relatos da equipe escolar são, geralmente, contraditórios e que "[...] o contato com as informações do SARESP se dá somente no período em que as atividades relativas ao processo avaliativo se desenvolvem e depois elas são esquecidas ou desconsideradas." (ESTEVES, 1998, p.105). As entrevistas realizadas com os supervisores de ensino confirmam essa ideia, pois sugere que eles também "[...] têm problemas para aprofundar a discussão sobre os resultados dessa avaliação, esperando que a Secretaria de Educação indique os caminhos a serem trilhados pelas equipes escolares." (ESTEVES, 1998. p.106).

Felipe (1999) afirma que nos documentos produzidos pela SEE/SP o SARESP é apresentado como um instrumento a serviço da melhoria da qualidade da educação, pois possibilitaria a comparação entre os resultados obtidos pelos alunos e os objetivos definidos previamente e contribuiria para aumentar o poder da escola para analisar seus problemas e buscar meios para superá-los. Entretanto, mediante a realização de questionários e entrevistas com a dirigente regional, supervisores de ensino e diversos segmentos (diretores, professores, alunos e pais) de quatro escolas vinculadas à Diretoria de Ensino de Caieiras, observa que as respostas são permeadas de

contradições. Segundo Felipe (1999, p.47), embora todos afirmem que a avaliação é importante, depois que o SARESP termina "[...] seus resultados são esquecidos e tudo volta ao 'normal'." Em sua concepção, os diferentes relatos apresentam visões de avaliação, de escola e de mundo que precisam ser repensadas.

Túbero (2003) apresenta um breve histórico das perspectivas de avaliação educacional adotadas no país e aponta que, com a criação de sistemas de avaliação, houve um movimento da perspectiva individual para a institucional. Na sequência, com base em documentos oficiais, descreve as principais características das edições do SARESP realizadas até o momento de sua pesquisa. Ao analisar a porcentagem de acertos nas provas de Língua Portuguesa de doze escolas vinculadas à Diretoria de Ensino de Piracicaba na edição de 2000, identifica que o desempenho dos alunos negros foi inferior ao dos alunos brancos e argumenta que a variável "cor da pele" não pode ser ignorada na análise dos resultados da avaliação. Em sua concepção, um dos aspectos que interfere negativamente no rendimento escolar de alunos negros é a maneira como essa população tem sido representada nos livros didáticos. Mediante entrevistas realizadas com professores, observa que a maioria deles não reconhece o preconceito e a discriminação no ambiente escolar e alega que os baixos resultados no SARESP são decorrentes de problemas financeiros e de estrutura das famílias dos alunos. A autora pontua que apesar das diferenças de desempenho entre alunos brancos e negros no sistema de avaliação paulista, não houve mudanças curriculares, reuniões para discutir as variáveis que interferiram nesses resultados e os professores não receberam orientações de como tratar a questão em sala de aula.

Bauer (2006) anuncia que pretende avaliar como os resultados do SARESP – compreendido como um programa de avaliação de sistema – têm sido utilizados para a elaboração e o desenvolvimento de programas de formação contínua para professores. Para realizar a avaliação da política avaliativa da rede estadual de ensino paulista, analisa documentos oficiais que tratam do SARESP e dos programas de formação de professores. Segundo a autora, apesar da intenção de utilizar os resultados do sistema de avaliação paulista na orientação de programas de formação docente ser amplamente divulgada nos documentos oficiais, as publicações não apresentam informações acerca da utilização que tem sido feita dos resultados das avaliações. Na sequência, efetua uma investigação empírica mediante a realização de entrevistas com supervisores de ensino, assistentes técnico-pedagógicos (Língua Portuguesa), coordenadores da oficina pedagógica e dirigentes de ensino de cinco Diretorias de Ensino localizadas no município de São Paulo. Além desses profissionais, entrevista também técnicos da Fundação para o Desenvolvimento da Educação (FDE) e da Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas (CENP). Após a análise dos relatos, pontua que a articulação entre os resultados do sistema de avaliação paulista e as políticas de formação contínua de professores, da forma como vem sendo realizada, parece pouco efetiva. Em sua concepção, os objetivos relativos à formação docente do SARESP podem ser alcançados, entretanto, é preciso investigar "[...] melhores formas de explorar os resultados produzidos pela avaliação, quer no cotidiano da sala de aula, quer enquanto informação para a formulação e implementação de políticas educacionais." (BAUER, 2006, p.161).

Carvalho (2008), inicialmente, apresenta uma breve síntese de trabalhos acadêmicos que trataram do SARESP. Esses trabalhos somados a outras publicações são utilizadas pela pesquisadora para a análise dos dados coletados em sua pesquisa. Valendo-se de documentos oficiais, a autora explicita as características do sistema de avaliação paulista e as principais mudanças promovidas ao longo das edições. Para investigar o direcionamento dado ao SARESP/2005 em uma escola do município de São Paulo, descreve e analisa dados reunidos por meio de observação de reuniões e atividades escolares relacionadas à referida avaliação, documentos disponíveis na escola, questionários e discussões realizadas com os professores, diretor, vice-diretor e coordenador pedagógico. Após traçar um paralelo entre o previsto nos documentos oficiais em relação ao SARESP e a forma como o sistema de avaliação paulista foi desenvolvido na escola, conclui que a unidade escolar não se utilizou da avaliação da forma esperada. Segundo a autora, além de transformar os resultados de desempenho nas provas do SARESP em notas bimestrais atribuídas aos alunos, objetivo que não consta no sistema de avaliação paulista, não se observa na escola uma tendência de uso dos resultados para melhorar o planejamento pedagógico.

Outras produções acadêmicas, por sua vez, alertam para o tratamento equivocado que vem sendo dispensado aos resultados do sistema de avaliação paulista e argumentam que esse sistema avaliativo não deve se sobrepor às avaliações realizadas no interior das escolas.

Hernandes (2003) tece algumas considerações acerca da trajetória teórica da avaliação da aprendizagem na educação brasileira e destaca que a criação de sistemas de avaliação no país está diretamente vinculada às determinações de agências financeiras internacionais. Em decorrência dessa vinculação, segundo a autora, os processos avaliativos são mais voltados ao atendimento das necessidades econômicas do que das demandas educacionais. Na sequência, apresenta uma síntese das características das avaliações do SARESP realizadas até o momento de sua pesquisa e explica as alterações promovidas na edição de 2001, foco de sua análise. Para o trabalho analítico, realiza entrevistas com pais, alunos, professores e diretor de uma escola pertencente à Diretoria de Ensino de Assis e com uma profissional da equipe de avaliação da Fundação para o Desenvolvimento da Educação (FDE). Ao analisar esses dados, concentra-se, sobretudo, no impacto que a iniciativa da SEE/SP de utilizar os resultados do SARESP/2001 para decidir acerca da aprovação/reprovação dos alunos teve sobre a escola. Neste sentido, os relatos apresentados destacam as insatisfações, os descontentamentos, as reclamações, os desconfortos provocados pela mudança de procedimento introduzida naquela edição e não exploram como os atores escolares enfrentaram tal mudança. Ao final, a pesquisadora argumenta que as provas do SARESP não podem ser “[...] mais valorizadas do que as decisões dos professores e dos colegiados que acompanham todo o processo.” (HERNANDES, 2003, p.147).

Arcas (2009) sustenta que existem lógicas conflitantes entre a concepção de avaliação formativa, inerente à progressão continuada, e a avaliação externa que tem foco no desempenho dos alunos em testes padronizados. Para investigar como a Progressão Continuada e o SARESP têm influenciado a avaliação escolar, primeiramente, apresenta a trajetória histórica dessas iniciativas governamentais e o panorama das pesquisas que as estudaram. As conclusões a que chegam tais

pesquisas são utilizadas na análise de dados que o pesquisador reúne por meio de questionários e entrevistas realizadas com professores-coordenadores do conjunto de escolas pertencentes a uma Diretoria de Ensino do município de São Paulo. Ao longo da análise, observa que "[...] a tendência é que as escolas optem por perseguir as metas estabelecidas pela avaliação externa, em detrimento da avaliação feita em seu interior." (ARCAS, 2009, p.161). O autor considera inegável a contribuição das avaliações externas para a gestão dos sistemas de ensino e para que as escolas possam repensar suas práticas, mas salienta que é preciso evitar a supremacia do SARESP na definição das políticas públicas e na organização do trabalho escolar.

Algumas pesquisas inseridas no terceiro grupo ainda chamam a atenção para o risco de o sistema de avaliação paulista limitar a prática pedagógica à obediência dos currículos sugeridos nas avaliações ou indicam que essa situação já vem acontecendo no interior das escolas.

Kawauchi (2001), tendo como base documentos elaborados pela SEE/SP, faz uma descrição sucinta dos princípios e objetivos do SARESP e discute as possíveis implicações dessa avaliação. A mais grave delas, em sua concepção, é a possibilidade de as escolas substituírem um projeto pedagógico adequado à realidade de seus alunos por outro que esteja em consonância com as avaliações externas. Para analisar em que medida as intenções do SARESP de promover o repensar a prática pedagógica foram compreendidas por professores de História, a pesquisadora realiza entrevistas com profissionais responsáveis pela disciplina em grupo de escolas da Grande São Paulo. Mediante a análise dos dados coletados, pontua que o sistema de avaliação paulista foi percebido e vivenciado de diferentes formas pelos entrevistados. Entretanto, a autora não explora com maior profundidade esses diferentes pontos de vista e argumenta que as questões trazidas à tona a partir das entrevistas "[...] refletem um contexto mais amplo, de caráter internacional, no qual o SARESP e os professores também estão inseridos." (KAWAUCHI, 2001, p.101). Nas conclusões, afirma que o SARESP, a exemplo do que tem ocorrido em outros países, parece caminhar em direção a uma situação futura na qual o desempenho dos alunos nas avaliações externas é vinculado aos ganhos salariais dos educadores.

Rodrigues (2011) indica que, sob influência de outros países e de organismos internacionais, a partir do final dos anos 1980, a avaliação de sistemas adquiriu centralidade nas políticas educacionais brasileiras no sentido de fortalecer o caráter regulador do Estado. Seguindo essa tendência, acrescenta o autor, o governo do estado de São Paulo criou o SARESP e, mais recentemente, o IDESP, com o intuito de assegurar maior eficiência e produtividade do ensino oferecido nas escolas paulistas. Após apresentar um breve panorama das pesquisas que estudaram do sistema de avaliação paulista, argumenta que há uma carência de estudos que se proponham a examinar os usos dos resultados do SARESP no cotidiano da sala de aula. Com o intuito de preencher parte dessa lacuna, realiza a coleta de dados por meio de questionários aplicados junto a professores de diferentes unidades escolares do município de São Paulo. De acordo com o pesquisador, entre outras questões, os professores relatam que a maneira como os resultados da avaliação são apresentados dificulta a interpretação e não contribui para o planejamento do processo educativo. Os professores criticam ainda o uso dos resultados feito pela SEE/SP, a qual efetua o pagamento de bônus aos servidores das escolas que

atingem a meta estabelecida. Tal iniciativa, na visão de Rodrigues (2011, p.73), "[...] cria um descompromisso com o currículo em vista de um treinamento dos alunos para os exames, reduzindo a aprendizagem efetiva a critérios superficiais de atendimento à avaliação".

Peixoto (2011) aponta que as políticas avaliativas têm sido postas pelos governos numa concepção de avaliação como medida. Nessa concepção, a qualidade do ensino é quantificada com base em resultados, sem considerar os demais aspectos que interferem no processo educacional. Após citar e comentar brevemente diversos sistemas de avaliação externa criados para os diferentes níveis de ensino no país, a autora centraliza as atenções no SARESP e critica as iniciativas da SEE/SP de padronizar o currículo e estabelecer metas para as escolas, pois considera que ambas retiram a autonomia do professor que se torna mero executor e é culpabilizado quando os alunos apresentam resultados negativos nas avaliações. Na sequência, descreve os procedimentos de pesquisa (observação, questionário e entrevistas), as características das quatro escolas pesquisadas e o perfil dos professores entrevistados. Ao analisar os dados coletados, elenca as seguintes repercussões do SARESP observadas na prática pedagógica dos professores: 1) mudança no currículo de modo a enfatizar os conteúdos das provas; 2) foco no ensino apenas para tirar boas notas; 3) sentimento de pressão nos professores; 4) uso dos resultados apenas para a divulgação e superação da meta; 5) pressão nos alunos para terem boas notas. Neste sentido, afirma que embora a avaliação de sistemas tenha uma importância inquestionável, há vários problemas na forma como seus resultados são utilizados.

Cosso (2013) pontua que as diretrizes políticas formuladas para a educação brasileira, a partir de 1990, foram alimentadas pela visão neoliberal e fundamentam-se numa lógica que opera segundo preceitos típicos das organizações empresariais. Segundo a autora, incentivadas por organismos internacionais, as avaliações externas tornaram-se o carro chefe da política educacional desenvolvida no país e imprimiram nas escolas uma lógica organizacional pautada na produtividade e na concorrência. Em relação ao SARESP, afirma que, quando esse modelo de avaliação foi introduzido nas escolas, parecia ter uma finalidade diagnóstica. Entretanto, a partir do momento em que passou a ser utilizado para classificar as unidades escolares, revelou sua função reguladora do aparato governamental. Para investigar os fatores que podem influenciar a obtenção de resultados diferenciados nos indicadores educacionais, a pesquisadora utiliza como instrumentos de coleta de dados a análise documental, o questionário, a entrevista e a observação. Após a descrição dos dados coletados, conclui que o fio condutor da organização do trabalho pedagógico na escola pesquisada é a avaliação e que tal trabalho consiste na "[...] adequação dos conteúdos impostos pelas avaliações externas vigentes no país, como a Prova Brasil (nível nacional) e o SARESP (nível estadual), deixando de lado importantes assuntos para a formação humana de nossas crianças." (COSSO, 2013, p.213).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mediante a análise efetuada na seção anterior, podemos observar que a maioria dos autores das produções acadêmicas inseridas na revisão sistemática não se posiciona, necessariamente, de maneira contrária ao sistema de avaliação paulista.

Tais pesquisadores, com exceção de Ribeiro (2008), consideram que o sistema avaliativo apresenta um potencial importante, pois pode orientar a construção de um ensino público de maior qualidade e a melhor utilização dos recursos destinados ao setor, além de informar e envolver a sociedade nas questões educacionais. As críticas e os questionamentos frequentes em suas pesquisas giram em torno da ausência de comunicação entre as diferentes instâncias que compõem o sistema estadual de ensino paulista e da forma como os resultados da avaliação vêm sendo utilizados por essas instâncias.

Neste sentido, a ideia que perpassa grande parcela dos trabalhos acadêmicos analisados parece ser a seguinte: se forem corrigidas as deficiências na realização do sistema de avaliação paulista e se os seus resultados forem devidamente utilizados, o SARESP pode se constituir em um instrumento desencadeador de melhorias na qualidade do ensino oferecido nas escolas.

A despeito de reconhecermos a pertinência dos apontamentos presentes nas pesquisas inseridas na revisão sistemática, destacamos a importância de ampliar o debate acadêmico em torno da temática mediante a análise de como a lógica reguladora e controladora subjacente ao sistema de avaliação paulista se articula com os interesses, valores, experiências e visões de mundo dos atores escolares.

Para subsidiar esse tipo de análise, sinalizamos que as formulações desenvolvidas por Stephen Ball e colaboradores (BOWE; BALL; GOLD, 1992; BALL, 1994; BALL; MAGUIRE; BRAUN, 2012) trazem importantes contribuições ao permitirem operar com a ideia de que, simultaneamente à tentativa de regulação e controle do trabalho escolar por meio do SARESP e de outras iniciativas governamentais atreladas a ele, as escolas e seus profissionais produzem diferentes experiências micropolíticas.

REFERÊNCIAS

1. ALCANTARA, M. S. **Políticas de bonificação de professores e indicadores de qualidade**: mecanismos de controle nas escolas estaduais paulistas. 2010. 94 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2010.

2. ARCAS, P. H. **Implicações da Progressão Continuada e do SARESP na Avaliação Escolar**: tensões, tendências e dilemas. 2009. 178 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

3. BALL, S. J. **Education reform**: a critical and post-structural approach. Buckingham: Open University Press, 1994.

4. BALL, S. J.; MAGUIRE, M.; BRAUN, A. **How schools do policy**: policy enactments in secondary schools. London: Routledge, 2012.

5. BAUER, A. **Usos dos resultados do SARESP**: o papel da avaliação nas políticas de formação docente. 2006. 173 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

6. BOWE, R.; BALL, S. J.; GOLD, A. **Reforming education and changing schools**: case studies in Policy Sociology. London: Routledge, 1992.

7. CAMBA, M. **As políticas de avaliação do rendimento escolar e as interfaces na esfera nacional e estadual**: análise do Saresp como política de avaliação no Estado de São Paulo, Brasil. 2011. 248 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2011.

8. CARVALHO, L. R. da S. **SARESP 2005**: as vicissitudes da avaliação em uma escola da rede estadual. 2008. 118 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

9. COSSO, D. C. de M. **A organização do trabalho pedagógico em uma escola pública com alto IDESP**. 2013. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2013.

10. DAVIES, P. Revisões sistemáticas e a Campbell Collaboration. In: THOMAS, G.; PRING, R. **Educação baseada em evidências**: a utilização dos achados científicos para qualificação da prática pedagógica. Porto Alegre: Artmed, 2007. p. 31-43.

11. ESTEVES, M. E. de P. **Sistema de Avaliação de Rendimento Escolar do Estado de São Paulo – SARESP**: uma ação planejada. 1998. 151 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1998.

12. FELIPE, J. P. **Uma análise crítica do Sistema de Avaliação de Rendimento Escolar do Estado de São Paulo**: SARESP. 1999. 54 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1999.

13. GOUGH, D. Síntese sistemática de pesquisa. In: THOMAS, G.; PRING, R. **Educação baseada em evidências**: a utilização dos achados científicos para qualificação da prática pedagógica. Porto Alegre: Artmed, 2007. p. 57-76.

14. HERNANDES, E. D. K. **Os propósitos e os impactos causados em uma escola da região de Assis pela implantação e pelas mudanças de rumo do SARESP**. 2003. 150 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista "Júlio Mesquita Filho", Marília, 2003.

15. KAWAUCHI, M. **SARESP e ensino de história**: algumas questões. 2001. 171 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

16. MACHADO, C. **Avaliar as escolas estaduais para quê**? Uma análise do uso dos resultados do SARESP 2000. 2003. 220 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

17. NALLO, R. de C. Z. **Avaliação externa**: estratégias de controle ou inclusão? 2010. 109 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista "Júlio Mesquita Filho", Presidente Prudente, 2010.

18. OLIVEIRA, D. A. F. de. **Uma avaliação política do SARESP**. 1998. 78 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1998.

19. OLIVEIRA JR., R. G. de. **Sistema de Avaliação de Rendimento Escolar do Estado de São Paulo**: um estudo a partir da produção científica brasileira (1996-2011). 2013. 152 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2013.

20. PEIXOTO, J. S. **Políticas públicas de avaliação do estado de São Paulo e as repercussões na prática pedagógica**: SARESP em foco. 2011. 113 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2011.

21. RIBEIRO, D. da S. **Avaliação do Rendimento Escolar do Estado de São Paulo (SARESP)**: a educação a serviço do capitalismo. 2008. 217 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008.

22. RODRIGUES, R. F. **Usos e repercussões de resultados do SARESP na opinião de professores da rede estadual paulista**. 2011. 112 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2011.

23. SILVA, H. M. G da. **Gestão educacional e sistemas de avaliação**: os pressupostos ideológicos do SARESP e a trajetória das avaliações aplicadas entre 1996 e 2005. 2006. 116 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista "Júlio Mesquita Filho", Araraquara, 2006.

24. TÚBERO, R. **O sistema de avaliação de rendimento escolar do Estado de São Paulo e os alunos negros das escolas estaduais da região de Piracicaba**. 2003. 126 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2003.

Viviani Fernanda Hojas

Doutora em Educação. Pesquisadora do Centro de Estudos e Pesquisas em Administração da Educação (CEPAE), Universidade Estadual Paulista (UNESP/Marília). Universidade Estadual Paulista – UNESP – Marília – São Paulo – Brasil.

Iraíde Marques de Freitas Barreiro

Doutora em Educação. Professora do Departamento de Educação da Universidade Estadual Paulista (UNESP/Assis), e do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual Paulista (UNESP/Marília). Universidade Estadual Paulista – UNESP – Marília – São Paulo – Brasil.

Como citar este documento

HOJAS, Viviani Fernanda; BARREIRO, Iraíde Marques de Freitas. Debate acadêmico em torno do sistema de avaliação de rendimento escolar do estado de São Paulo (SARESP). Reflexão e Ação, Santa Cruz do Sul, v. 26, n. 1, jan/abr. 2018. ISSN 1982-9949. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/reflex/article/view/9582>. Acesso em:_____. doi:http://dx.doi.org/10.17058/rea.v26i1.9582.